



PROCESSO nº: 23644/2005/001/2009
INTERESSADA: Agropecuária Balaio Ltda.
REFERENCIA: Auto de Infração Nº 066494/2007



PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO:

- 1- O empreendimento Agropecuária Balaio Ltda. foi autuado como incurso no inciso II do artigo 86, do Decreto nº 44.309/06, por ter cometido a seguinte irregularidade: "instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem as licenças de instalação ou de operação, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental", multa no valor de R\$30.001,00.
- 2- O processo encontra-se formalizado. O autuado apresentou defesa tempestiva, que será analisada visando o prosseguimento do feito dentro dos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade. Apontamos as razões da defesa apresentada pelo autuado em síntese:
 - Não possui o loteamento denominado Campo Alegre, tendo em vista que há mais de 10 anos firmou contrato com a empresa Araguaia Minas Ltda. para implantação do mesmo, onde a responsabilidade pelo empreendimento seria desta empresa. Ainda, teriam que ser responsabilizados a Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, por ter reconhecido a área como de expansão urbana, bem como do CODEMA do Município; a empresa Araguaia Minas Ltda., que executou as obras e os proprietários dos lotes, que autorizam toda e qualquer alteração hoje no imóvel.
 - A partir da instalação a autuada não mais possuía responsabilidade sobre o empreendimento, que já possui suas próprias regras e regulamentos, imóveis caracterizados e escriturados individualmente.
 - O loteamento foi implantado antes da DN 74/2004 entrar em vigor, havendo direito adquirido por parte da empresa, já que "nada havia que impedisse o seu regular início e implementação".



- O empreendimento é urbano, "motivo pelo qual possui regras próprias".
- Não há que se falar em potencial poluidor, uma vez que não foi constatado qualquer tipo de dano ou poluição.
- A aplicação de multa ambiental deve ser precedida de perícia que estime efetivamente qual o dano causado. Além disso, em atendimento ao princípio da proporcionalidade, deve haver correspondência entre a conduta infratora e a sanção aplicada.
- O cálculo efetuado pelo agente ambiental responsável pela lavratura do Auto de Infração é arbitrário e o Decreto no qual se embasou é "fluido demais", haja vista o grande intervalo entre o valor mínimo e o máximo.
- O art. 49 do Decreto nº 3.179/1999 é inconstitucional e contém intervalo punitivo "excessivamente fluido".
- O Auto de Infração não especifica as informações sobre o que efetivamente ocorreu e foi emitido sem respaldo técnico de pessoa competente.
- Por fim, espera a improcedência do Auto de Infração.

2) Análise Jurídica:

O argumento apresentado pelo autuado de que não possui o loteamento, em razão do contrato firmado com a empresa Araguaia Minas Ltda., é inconsistente. Isto porque se trata de Contrato de Empreitada, referente à "execução dos serviços de infraestrutura do loteamento", não retirando, pois, a responsabilidade da empresa proprietária do imóvel, conforme Certidão do Cartório de Registro de Imóveis acostada aos autos.

Ademais, o autuado imputa responsabilidade à Prefeitura, ao CODEMA, à empresa Araguaia Minas Ltda. e, até mesmo, aos proprietários dos lotes. No entanto, este argumento também não merece prosperar, haja vista que a existência de Lei Municipal tornando a área urbana em nada gera responsabilidades à Prefeitura ou ao CODEMA, no que tange ao licenciamento ambiental. Quanto à empresa Araguaia Minas Ltda., o autuado afirma ter sido esta a responsável pela implantação do empreendimento, o que também não lhe retira a responsabilidade de ter buscado, previamente, o licenciamento ambiental. Por fim, a regularização ambiental do empreendimento cabe ao empreendedor, e não àqueles que, isoladamente, adquiriram lotes.



O autuado alega que a partir da instalação deixou de ter responsabilidade sobre o empreendimento, já que este passou a ter suas próprias regras e regulamentos, imóveis caracterizados e escriturados individualmente. No entanto, é sabido que a regularização ambiental deve ser prévia à implantação do empreendimento e que a existência de Convenção de Condomínio não exclui esta obrigatoriedade. Aliás, nem mesmo o fato de estarem os lotes divididos e escriturados individualmente alteraria tal responsabilidade. Ainda assim, o empreendedor comprovou, ao juntar a Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, que realmente já havia dividido o loteamento em quadras, contudo, todas ainda estavam registradas em seu nome (Agropecuária Balaio Ltda.).

O autuado argumentou, ainda, que o loteamento foi implantado antes da DN 74/2004 entrar em vigor, havendo direito adquirido por parte da empresa, já que "nada havia que impedisse o seu regular início e implementação". Ora, não há que se falar em direito adquirido em matéria ambiental, devendo o poluidor submeter-se sempre à nova regra, que deverá, em princípio, dar maior proteção ao meio ambiente. Ademais, o Contrato de Empreitada é datado de 1997 e, nesta época, estava vigente a Deliberação Normativa COPAM nº 01, de 22 de março de 1990, que já trazia em seu rol de atividades passíveis de licenciamento ambiental, sob o código 91.10.00.9, a atividade de loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais.

A empresa autuada afirma, ainda, que por estar o empreendimento localizado em área urbana, possuiria regras próprias. Este argumento nos parece tão frágil, que nem mesmo o autuado explicou, em sua defesa, quais regras seriam estas, haja vista que, quando se trata de licenciamento ambiental, tanto os empreendimentos situados em zona rural, como em zona urbana, submetem-se à mesma legislação (Lei 7.772/1980) e estão igualmente obrigados.

Afirma, também, que não há que se falar em potencial poluidor, uma vez que não foi constatado qualquer tipo de dano ou poluição. Aqui, nem mesmo é necessário tecer argumentos jurídicos, uma vez que a contradição da afirmação do autuado está na própria definição da expressão "potencial poluidor", ou seja, é dispensável que tenha ocorrido dano, bastando que a atividade tenha potencial para causar poluição ou degradação ambiental, o que ocorre no caso em tela.

Quanto à alegação de que a aplicação da multa deve ser precedida de perícia que estime efetivamente o dano causado, devendo haver proporcionalidade entre a conduta infratora e a sanção aplicada, a conduta imputada ao empreendedor não exige perícia, já que é de fácil constatação (não possuir licença ambiental). Além disso, a Lei 7.772/1980 e o Decreto 44.309/2006, vigente à época do fato, bem como o atual 44.844/2008 não estabelecem a necessidade de perícia



para constatação da ocorrência de infração. Vejamos o que dispõe o § 3º do art. 28 do Decreto 44.844/2008:

Art. 28. A SEMAD, a FEAM, o IEF e o IGAM poderão delegar à PMMG, mediante convênio, as competências de fiscalização previstas neste Decreto.

§ 1º (...)

§ 2º (...)

§ 3º A suspensão ou redução de atividades e o embargo de obra ou atividade pela PMMG, deverão estar amparadas por laudo elaborado por técnico habilitado, dispensado este em assuntos de fauna, pesca e flora, bem como nos casos de instalação sem LI e de perfuração de poço sem a autorização. (grifos nossos)

Portanto, neste caso, o Auto de Infração lavrado pela PMMG não tem que estar amparado por laudo elaborado por técnico habilitado, uma vez que não houve suspensão ou redução de atividades e embargo de obra.

A proporcionalidade entre a conduta infratora e a sanção aplicada está nos valores determinados pelo Decreto 44.309/2006, revogado pelo Decreto 44.844/2008, para cada tipificação, sem que haja possibilidade de utilização de discricionariedade por parte do agente autuante.

No que tange ao cálculo efetuado na lavratura do Auto de Infração, não houve arbitrariedade alguma, tendo em vista que o agente autuante aplicou o valor estabelecido no Decreto 44.309/2006 para infrações graves cometidas por empreendimentos de grande porte, o que se enquadra perfeitamente no caso em tela. Além disso, não há que se questionar a correta aplicação do Decreto que embasou a infração, em razão do intervalo existente entre o valor mínimo e o máximo. Isto porque esta foi aplicada corretamente, com base no valor mínimo, que seria elevado no caso de a ele somarem-se agravantes.

Alega o autuado que o art. 49 do Decreto nº 3.179/1999 é inconstitucional e contém intervalo punitivo "excessivamente fluido". Desnecessário entrarmos na discussão da constitucionalidade do mencionado artigo, haja vista que o mesmo não foi utilizado, em momento algum, para embasar a penalidade aplicada. Nem mesmo o Decreto foi mencionado.

O autuado afirma que o Auto de Infração não especifica as informações sobre o que efetivamente ocorreu e foi emitido sem respaldo técnico de pessoa competente. Com a simples leitura do campo "Ocorrências/Irregularidades constatadas, presente no Auto de Infração,



percebe-se, claramente, que há descrição completa da infração cometida (operar sem licença) e, ainda, que tal infração prescinde de respaldo técnico, tendo em vista ser de fácil constatação e verificação.

Quanto às demais alegações apresentadas na defesa, nenhuma delas apresenta argumentos que possam descaracterizar o cometimento da infração, demonstrando ter sido corretamente lavrado o Auto de Infração.

Por fim, o Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente a Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844/2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art.96 o seguinte, *in verbis*:

"Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa".

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para **RS20.001,00** por ser mais benéfica ao autuado.

3) Conclusão:

Face ao exposto e considerando que a recorrente não apresentou nenhuma argumentação, alegação nova ou ponderações jurídicas, capazes de alterar ou modificar a decisão, remetemos os autos a **PRESIDENTE DA FEAM, pela penalidade de multa alterada para o valor de RS20.001,00 (infração grave, empreendimento de grande porte).**

É o parecer, s.m.j

Belo Horizonte, 10 de junho de 2013.


Isabela Micherif Gudziki

OAB/MG 104.514 – Masp 1202517-7



